

O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso

Reges Schwaab¹
Angela Zamin²

Resumo:

Este artigo apresenta uma reflexão sobre análise do discurso e jornalismo. Para entender a relação de um texto com suas condições sócio-históricas, sugerimos que o gesto de leitura do discurso jornalístico deve fazer trabalhar a noção-conceito de interdiscurso, bem como os efeitos relativos ao trabalho da memória em cada dizer. Trata-se de pensar o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos. O desafio do analista é entender como uma interdiscursividade afeta os efeitos de sentido, além de pensar as especificidades do fazer jornalístico também em relação aos efeitos que sua prática discursiva instala.

Palavras-chave: Jornalismo; Análise do Discurso; Interdiscurso.

Abstract:

This paper aims to present considerations on Discourse Analysis and journalism. To better understand the relation of a text and its socio-historical conditions, we propose that journalistic discourse reading should take into account the interdiscourse concept, as well as its effects related to working memory in each mean. Journalistic discourse should be thought as forming interdiscursive chains by means of resumed, replicas, updates and displacements of so many “already-said”. Thus, the main challenge for scholars of Discourse Analysis is to understand how interdiscursivity affects meaning effects; also, to think beyond the particularities of journalistic practice in relation to the effects that its discursive practice installs on it.

Keywords: Journalism; Discourse Analysis; Interdiscourse.

Recebido em: 16/03/2014

Aceito em: 09/04/2014

1 Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM - Campus Frederico Westphalen. E-mail: reges.ts@gmail.com.

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM - Campus Frederico Westphalen. E-mail: angelazamin@gmail.com.

Introdução

Este artigo insere-se no entendimento do Jornalismo enquanto discurso, um dos matizes possíveis para analisá-lo. Quanto ao discurso, filia-se à perspectiva da Escola Francesa,³ na conceituação de discurso como uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de regularidades enunciativas. Estas regularidades, por sua vez, são tramadas por um conjunto de regras sempre determinadas no tempo e no espaço, efetivamente influenciadas pelo contexto histórico, ou seja, pelas condições de produção deste mesmo discurso.

Cabe sublinhar que tal entendimento, aplicado ao jornalismo, deriva da concepção do fazer jornalístico como um sistema, que funciona por meio de processualidades que lhe são próprias e constituintes, sem, no entanto, serem descoladas da realidade social e nem independentes dos demais campos sociais. Assim, a proposta central deste texto é partilhar uma reflexão conceitual acerca do gesto de análise do discurso jornalístico e de dispositivos necessários de serem acionados para tanto.

Dar conta dos funcionamentos discursivos significa estar disposto a lidar com uma complexa trama. O analista, ao se deparar com o discurso que é objeto de sua observação, vê-se diante de textos que sugerem estar tudo ‘dito’ ali e este ‘dizer’ ter sido formulado no ‘agora’. Por essa razão, pontuamos o percurso deste artigo ressaltando o que Maingueneau (2007) chama de *primado do interdiscurso*, isto é, a ideia de que há um eixo ou um feixe de sentidos possíveis que precedem o discurso em si, uma gama de relações entre língua, história e sujeitos que deve ser buscada pelo analista.

Que discurso é o Jornalismo?

O discurso não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final (RÓDRIGUES, 2002, p. 217).

Pensar o Jornalismo enquanto um sistema pressupõe operar nos contornos da organização e interação dele com outras áreas (sistemas) do conhecimento e da vida social (FONTCUBERTA e BORRAT, 2006). Na sua constituição, deve-se levar em conta o papel do jornalista, num contexto que congrega elementos como a organização/empresa, a relação com as fontes de informação e o horizonte do público, um *outro* fundamental neste processo, “[...] questões que precedem e ao mesmo tempo constituem as condições epistemológicas que (de)limitam o campo de reflexão e as práticas jornalísticas” (RESENDE, 2005, p. 98). São pontos a serem considerados na leitura da trama do discurso, quando se busca compreender o *que é dito*, *como é dito* e *como*

³ A Análise do Discurso de linha francesa (AD) procura apreender as condições sócio-históricas inscritas na linguagem. Ela, por sua vez, não é neutra e nem natural, mas lugar de manifestação da ideologia.

isto *significa*,⁴ ou seja, os efeitos de sentido⁵ que emergem da relação entre texto e condições de produção.

O entendimento das notícias como construções sociais (TRAQUINA, 2004) traz consigo a compreensão de que elas são dizeres marcados pela cultura jornalística e pela cultura em geral. Assim, ao produzir a notícia, o jornalista estabelece uma série de relações, seja com as fontes, com a sociedade, ou com os membros da comunidade profissional. Para cumprir sua função, ele se faz valer de técnicas, gêneros, formatos e processos de edição por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos, amparado sempre pelo capital simbólico do próprio campo, a credibilidade⁶:

Por ser uma prática discursiva legitimada pela sociedade como produtora e difusora de cultura, o discurso jornalístico construiu, ao longo do tempo, uma imagem de confiança [...]. Tal imagem contribui para transformar o jornalismo em um discurso autorizado. Em outros termos, o poder que se exerce nesse discurso lhe permite produzir um determinado saber, ou, para usar os termos empregados por Foucault, “efeitos de poder”, que circulam entre os enunciados da mídia. [...]. Assim, por produzir a “verdade” amparada no poder, o jornalista tem o estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro de um época (NAVARRO, 2006, p. 84).

Para Traquina (2001, p. 87), as escolhas são orientadas “[...] pela aparência que a ‘realidade’ assume para os jornalistas, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas”. Por esta concepção, a seleção do que vai virar notícia está calçada em critérios e estratégias, incorporadas como rotinas profissionais.

Assim, a notícia oferece sentidos sobre a realidade cotidiana produzida institucionalmente. Para Rodrigo Alsina (1989), o Jornalismo tem para si o papel de construir a realidade social como pública e relevante e lhe atribuir sentido:

De minha parte, tenho relacionado o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade, como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas organizativas da profissão jornalística. Por conseguinte, a concepção desta construção da realidade variará segundo o caráter que se outorgue à própria realidade social (1989, p. 29 [tradução nossa]).

Além disso, o dizer jornalístico, como todo discurso, provém de outros lugares.

No caso do Jornalismo, este traço é essencial, pois estamos falando de um discurso de

4 Conforme Orlandi (2001, p. 26), a Análise do Discurso “[...] não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma ‘chave’ de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”.

5 Em Análise do Discurso, toda vez que se fizer referência a sentidos estará se falando em efeitos de sentido. O sentido nunca está dado *a priori* nem pode ser qualquer um. Ao mesmo tempo, o interlocutor tem a propriedade de ‘ler’ o discurso ao seu modo. O sentido é, portanto, um efeito. Não está na emissão, nem no texto, nem no interlocutor. Ele se localiza em algum espaço entre eles, um espaço intervalar e aberto.

6 O Jornalismo é um sistema que goza de confiança perante a sociedade, o que pode ser creditado ao caráter de verdade que se dá aos produtos jornalísticos. Este é um privilégio no que tange ao seu capital simbólico, uma vez que o capital do Jornalismo é, justamente, a credibilidade (BERGER, 1998).

mediação entre os campos sociais e, como propõe Berger (1998, p. 188), um espaço de “[...] produção e proposição de sentidos e, assim, construção de determinado registro histórico”.

Os traços subjetivos na linguagem pretensamente imparcial das notícias são evidentes na perspectiva a que se filia esta reflexão. É preciso ter claro que, na verdade, os produtos jornalísticos têm caráter polissêmico, como toda comunicação humana e, como todo discurso, o jornalístico é também dirigido por vontades outras, da ordem da enunciação, anteriores ao dizer. Nele estão presentes expressões objetivas sobre os acontecimentos da realidade e que trazem, colados em si, elementos simbólicos que conferem significados para muito além daquilo que é dito explicitamente. A forma é, neste caso, igualmente constitutiva do efeito de sentido. Todas essas mesmas questões, por sua vez, afetam a significação que o discurso assume perante o leitor (público, interlocutor), no momento em que este (re)constrói e atribui, pelo seu referencial e pelo que é dito, os seus sentidos.

A objetividade e a imparcialidade⁷, valores historicamente associados ao fazer jornalístico e incorporados no imaginário sobre ele são constitutivos da formação social em que se insere o lugar discursivo atribuído ao Jornalismo/jornalista. Segundo Romão (2007, p. 148), “capturado pela evidência de objetividade”, o que deve ser entendido como um *efeito* de objetividade, o Jornalismo apresenta certezas e constrói “estabilidade para o que se mostra caótico, contraditório e conflituoso na realidade, cristalizando um modo de dizer”. O entendimento desses movimentos reveste-se de importância, posto que o Jornalismo atua na estabilização de um sentido ‘natural’ para a realidade (MARIANI, 1998).⁸

A posição que os sujeitos do campo ocupam em uma dada formação social (o que já se espera que façam, como por exemplo, dizer a ‘verdade’) “[...] condicionam as condições de produção discursivas, definindo o lugar por eles ocupado no discurso” (FERREIRA, 2005, p. 16). O jornalista acredita que o modo como discursiviza é objetivo e isento, ‘esquecendo-se’ que para além dos procedimentos normativos jornalística há escolhas outras, da ordem da linguagem, fruto do encadeamento das formações imaginárias, ideológicas e discursivas.

O trabalho das formações imaginárias designa o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmos e ao outro, como uma imagem que fazem do seu próprio

7 O conceito de objetividade é debatido em Soloski (1999), Tuchman (1999), Hackett (1999). Descreve uma norma jornalística e liga-se “à relação existente entre as declarações jornalísticas e a realidade” (KUNCZIK, 1997, p. 223). Tuchman (1999) considera a objetividade como um ritual estratégico, invocado pelos jornalistas para eximir-se dos riscos da profissão. A objetividade é ‘assegurada’ por procedimentos estabelecidos pelos jornalistas – por exemplo, citar declarações de entrevistados, sobrepostas a uma fé simples nos fatos. Da mesma forma, Soloski (1999, p. 96) a vê como “um modo eminentemente prático – e aparentemente altamente bem-sucedido – de lidar com as complexas necessidades dos jornalistas, das organizações jornalísticas e dos públicos”. Junto da objetividade, a imparcialidade é outra norma profissional compartilhada pelos jornalistas. Para Soloski (1999), a objetividade exigida dos jornalistas não significa a observação imparcial dos acontecimentos, mas um relato imparcial e equilibrado.

8 Num cenário de centralidade da mídia nos processos sociais contemporâneos (SILVERSTONE, 2002), os produtos jornalísticos têm relevante papel no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997), lembrando a reflexão que já vêm desde Robert Park (1972), ao nomear o Jornalismo como uma forma de conhecimento. E conforme Berganza (2000, p. 364), as notícias orientam “[...] mais do que o informam sobre o que está ao seu redor”.

lugar e do lugar do outro. “Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso” (BRANDÃO, 2002, p. 36).

Todo esse mecanismo está assentado no que Pêcheux (1995) denomina *antecipação*, que é o processo sobre o qual se funda a estratégia do discurso, de natureza argumentativa. Vale lembrar ainda que há sempre um leitor virtual inscrito no texto. Assim, as condições de produção dos discursos têm papel fundamental, pois o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Quem fala tem dois horizontes imaginários, pois reflete sobre si e sobre o outro.

Embora as notícias apresentem estruturas conhecidas e previstas, não preenchem os furos nem podem ser vistas como transparentes. A opacidade, característica fundamental da linguagem, é intrínseca ao discurso. A teia de relações que o compõe simboliza o efeito que o discurso tem enquanto produtor de sentidos. Puxar os fios e destamar a processualidade que se manifesta no texto é tarefa do analista.

O primado do interdiscurso e seus efeitos

Aceitar o embate com o texto (escrito, falado, uma imagem) é buscar entendê-lo enquanto um objeto lingüístico-histórico e de como ele realiza a discursividade que o constitui. É pensar na relação indissociável entre discurso e contexto histórico. Por isso, no trabalho de análise de discurso, é necessário considerar fortemente o conceito de interdiscurso, associado, obviamente, aos seus próprios efeitos e ao trabalho da memória, bem como ao conceito de formação discursiva.

A AD contribui para pensar o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos, de dizeres oriundos de campos diversos. O discurso abriga sempre uma série de outros discursos, é atravessado e constituído por eles, mesmo que estes se submetam a regras que não eram próprias de sua origem. Por meio de um dispositivo que une Jornalismo e AD, trabalha-se na ótica de que o discurso é espaço para o confronto e a sobreposição de vozes, onde se cruzam “o novo e o velho, mostrando que os sentidos estão sempre à deriva, no entanto, podem ser compreendidos porque atualizam (isto é, estabilizam/desestabilizam a memória discursiva)” (GREGOLIN, 2007, p. 180). Por conseguinte, os sentidos não são transparentes, nem estanques, tampouco, estão cristalizados na superfície do texto.

O conceito de formação discursiva (FD) é norteador para a análise. Uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, [...] determina o *que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160 [grifo no original]), entendimento construído a partir do postulado de Foucault (2005), primeiro a conceituar FD. Trata-se da remissão que o analista pode fazer de

todo texto a uma formação ideológica, dado que o sentido do texto se define por essa relação. Na identificação das FDs é possível perceber como se faz a relação das marcas formais que aparecem no discurso com o ideológico, ou então, fazendo o percurso inverso, do ideológico para as marcas formais.

É fundamental observar que a formação discursiva é heterogênea por natureza e organiza blocos discursivos, mas com bordas permeáveis. Todo discurso é produzido mediante uma formação discursiva e para Maingueneau (1993, p. 115), “[...] toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”. Conforme o autor, esse é um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada a

[...] incorporar elementos pré-construídos produzidos fora dela com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também, provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (MAINGUENEAU, 1993, p. 115).

Pêcheux, em estudos posteriores a 1980, produziu deslocamentos no conceito de FD, abrindo perspectivas como “as redes de memória, os trajetos sociais dos sentidos, as materialidades discursivas, enfim, a articulação entre FD, memória e história” (GREGOLIN, 2007, p. 173). A terceira fase da AD (a partir de 1983) revela a incorporação da ideia de heterogeneidade discursiva (de Authier-Révuz); a articulação entre discurso e memória discursiva (Courtine e Foucault); e as relações entre discurso e História (especialmente as abordagens da Nova História).

É nessa terceira época que se revela o *primado do outro*, do diferente sobre o mesmo, e os gestos de interpretação substituem a máquina discursiva da primeira época. Ao introduzir a diferença como característica da ideologia, Pêcheux (2006) revela a heterogeneidade e a contradição nas FDs. “Trabalhar com uma FD dotada de tais características coloca o analista de discurso face à agitação e tensão dos sentidos de um domínio de saber e seu gesto de individualização de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica” (INDURSKY, 2007, p. 170). É por esse movimento de interpretação analítica que a AD pensa o gesto metodológico. E é também por isso que o conceito de FD é produtivo na análise do Jornalismo.

Courtine (1981 apud BRANDÃO, 2002) inaugura um novo momento na noção de FD: ela não é uma única linguagem para todos, nem para cada um a sua linguagem, o seu discurso, mas deve ser pensada como várias linguagens em uma única, vários discursos em um só. A contradição é apontada por Courtine como elemento constitutivo a toda FD. É em Foucault que Courtine encontra essa noção – *analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer a contradição*. Não se trata mais de um complexo de FDs com uma em posição de dominância em relação às demais, mas de uma FD heterogênea em relação a si própria, com fronteiras porosas onde há espaço para o diferente e o contraditório, para diferentes efeitos de sentido:

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica (BRANDÃO, 2002, p. 50).

Quando se olha para o Jornalismo na perspectiva discursiva, essa escolha comprova que os produtos midiáticos também são carregados de sentido ideológico, de escolhas, na noção de que aquilo que “vira notícia” faz parte dos assuntos sobre os quais se deve saber:

Os campos semânticos construídos pela linguagem constituem esquemas de classificação que permitem a acumulação da experiência. A transmissão de esquemas de classificação para diferenciar os objectos constitui o *acervo social de conhecimento*” (PONTE, 2005, p. 99 [grifo e grafia originais]).

O modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem a ver com as suas próprias características como espaço de seleção e de construção de um acervo de conhecimentos e lugar de circulação de sentidos, a partir das escolhas do que é dito e do que é silenciado, de quem participa ativamente na definição deste conhecimento e de quem não está presente.

Mariani (1998, p. 60) vê no funcionamento jornalístico inclusive uma “busca pelo convencimento”, assumindo para si a tarefa de desambigüizar o mundo ao construir “modelos de compreensão da realidade” (MARIANI, 1999, p. 112). Cabe a ressalva de que esta é uma tentativa de um preenchimento dos “espaços”, não dando margem a furos, buscando apagar sentidos outros que não os imaginados pelos sujeitos do discurso. Pela lógica da AD, todavia, trata-se de uma ilusão característica do processo discursivo, visto que há um outro nessa relação, o leitor (ouvinte, telespectador) e que irá ressignificar o que lhe chega.

Ao descrever acontecimentos, os textos jornalísticos empreendem movimentos de resgate da memória. Nesse processo, produzem efeitos de sentido ao fazer circular narrativas sobre o presente, permeadas por signos historicamente constituídos. São dizeres oriundos de uma montagem orientadas por memória e esquecimento. Para a AD, a memória discursiva participa sempre da produção de sentidos, pois é “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2001, p. 31), que revela a interdiscursividade, o já dito, o repetível que está na base do dizível, de onde o jornalista busca elementos para ressignificar e determinar deslocamentos de sentido. A historicidade também participa desse movimento, entendida como “o saber discursivo que se foi constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso)” (ORLANDI, 2001, p. 33).

É justamente por essa linha que envereda Maingueneau (2007) ao propor o primado do interdiscurso. As visões sobre as formações discursivas, da heterogeneidade e dos ‘outros’ possíveis, há pouco referidas, estão intrincadas na constituição dos sentidos na materialidade discursiva, afirma. Para o analista francês a identidade de um discurso não é apenas questão de vocabulário ou de encadeamento de sentenças. Ela depende “[...] de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais, mas as análises nunca tratam disso” (MAINGUENEAU, 2007, p. 18), de interpretar o estatuto histórico dos discursos.

Qualquer discurso traz em si outros, algo que é acessível pela memória discursiva. Os sentidos construídos historicamente são convocados nas novas formulações e têm um efeito sobre o discurso que está sendo construído no agora. É o sujeito⁹ quem recorta dizeres do interdiscurso para constituir o que, à primeira vista, parece um discurso de sua autoria. E o faz a partir de determinada FD, uma vez que os processos discursivos não têm sua origem neste sujeito, mas na FD com a qual este sujeito imaginária e inconscientemente se identifica.

De posse do conjunto de textos jornalísticos que se vai analisar, tomando-os enquanto materialidade discursiva, o analista adentra à estrutura de funcionamento do discurso. É na delicadeza e perspicácia do olhar que se estabelece a relação entre determinado discurso e os “outros” com os quais se articula. Como ressaltado, há sempre uma interdiscursividade, que é constitutiva, uma posição de *articulação* e *confronto* com um ou mais discursos (PÊCHEUX, 1995), traduzindo-se, neste caso, *articulação* como um processo de sustentação. A *articulação* está em relação direta com os *discursos transversos*, ou seja, no encadeamento de um discurso com o seu “outro”, aquilo que se desprende da superfície discursiva. O *confronto* vem no sentido da justaposição que um discurso faz para marcar a diferença do seu “outro”, de uma mesma formação discursiva. Assim, os dois conceitos, *articulação* e *confronto*, são constitutivos do processo de significação do discurso em relação à *formação discursiva* que o conforma.

Ao propor o *primado do interdiscurso*, Maingueneau (2007) argumenta que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. No refinamento do processo de análise, pode-se chegar a investigar não um discurso, mas o espaço de trocas entre os vários discursos. É a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade, ou seja, os discursos não são espaços insulares e devem ser pensados na sua relação, pois, enquanto prática, são instauradores de uma verdade não em si mesmos, mas no efeito que produzem.

9 Pêcheux (1995) propõe que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, a partir de entendimentos buscados em Althusser (1985), para quem todo indivíduo se torna sujeito ao ser interpelado pela ideologia, sem considerá-lo agente *da* história, mas agente *na* história (ALTHUSSER, 1978), ou seja, a partir de determinadas condições e do que lhes é permitido avançar. Pêcheux (1995) ressignifica este pensamento a partir da linguagem e não sociologicamente, tendo a ideologia como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Atualmente, para tratar do conceito, merecem ser consideradas as leituras de Castro-Gómez (2000). O autor argumenta que Althusser vê a ideologia como uma estrutura inconsciente, um objeto cultural que atua sobre os homens mediante um processo que lhes escapa. Já Orlandi (2001, p. 48) ressalta que a ideologia não é deformadora, mas possibilitadora de sentidos, geradora de efeitos de verdade.

Na perspectiva da AD não é possível nomear o interdiscurso. Ele só aparece em termos de relações, no acontecimento discursivo, no encontro do histórico com o agora. Por isso, não se deixa ver como todo. O que está ali é o efeito da interdiscursividade, o sentido construído pelo trabalho da memória no recorte feito via formação discursiva.

Para Maingueneau (2007), há uma tríade a ser pensada quando se fala em interdiscurso e FDs: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. No *universo discursivo* tem-se um conjunto de FDs que interagem, um horizonte máximo de relações. Elas constituem os domínios a serem estudados, os *campos discursivos*, o conjunto de FDs que se encontram em concorrência e delimitam-se reciprocamente numa região determinada do universo discursivo. A concorrência refere-se tanto a confronto quanto a aliança. Já os *espaços discursivos* são os subconjuntos de formações discursivas que o próprio analista julga relevante para o seu propósito colocar em relação. Ele segue a reflexão:

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso e fazemos a hipótese de que esta constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre as FDs já existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com *todos* os discursos desse campo, e isso em razão da sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e eles não se situam todos necessariamente no mesmo plano. Não é possível, pois, determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo (MAINGUENEAU, 2007, p. 36-37 [grifos do original]).

A noção de interdiscurso permite considerar que toda formulação se dá por uma relação com aquilo que a memória discursiva determina como elementos de saber. Segundo Maingueneau (2007, p. 38), falar em primado do interdiscurso é pensar em um “sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro”. E um dos efeitos do interdiscurso, o efeito de pré-construído, é salutar para a compreensão das questões que envolvem o discurso jornalístico. Ele permite compreender o espaço social do discurso jornalístico, as lacunas que ele preenche com seus sentidos de evidência, de transparência, de naturalização para o enquadramento dos fatos noticiados. Ou seja, as notícias veiculam o fato como fato, como se a própria prática de editoração não se desse, essencialmente, por gestos de interpretação. O imaginário de evidência faz sombra à heterogeneidade discursiva e ideológica, produzindo efeitos de sentidos revestidos de credibilidade.

Nas construções de Pêcheux (1995) podem-se encontrar definições do efeito de pré-construído como um elemento que irrompe no enunciado com aquilo que foi pensado antes, em outro lugar, independentemente, produzindo o sentido como evidência, como sempre já-lá, como o já pensado do pensamento. Nesta mesma esteira, Mariani (1998, p. 153), trata o pré-construído como “algo já dito antes, em algum lugar, e que retorna no discurso jornalístico-político como evidência”.

Falando em efeitos, está nos efeitos de pré-construído a aparência de verdade que reside no próprio enunciado, no “seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (FOUCAULT, 2006, p. 15). O interdiscurso é o lugar de formação do pré-construído e funciona como um elemento regulador das relações entre uma FD e outras, sempre pensadas na ótica das suas fronteiras permeáveis, o que permite a incorporação de pré-construídos e dando origem a redefinições, apagamentos, esquecimentos ou negações.

Tomado como objeto, o discurso deve ser encarado não como fechado em si mesmo, nem como domínio exclusivo do locutor. Assim, aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao que se disse em outro lugar, ao lugar social do qual se diz e para quem se diz. O analista de discurso leva em conta *o enunciado* e *como* uma discursividade datada estabelece sentido. Além disso, desafia-se a entender como uma *interdiscursividade* afeta os efeitos de sentido (a relação com outros discursos, já-ditos ou possíveis). Toda interpretação, por meio dos dispositivos da AD, considera as condições de produção, as condições histórias e políticas e as interações subjetivas e tem como resultado uma interpretação, um gesto de leitura ou ‘escuta’ discursiva.

Entrelaçando algumas considerações

Diante dos produtos jornalísticos, das variadas mídias existentes, a recorrente pergunta “*por que as notícias são como são?*” (TRAQUINA, 2004) pode ser desdobrada, com ajuda da AD, em “*como apareceu determinado discurso, e não outro em seu lugar?*” (NAVARRO, 2006, p. 76). A reflexão proposta parte da noção de que todo processo discursivo, na medida em que se textualiza, é também espaço da falta, preenchida pela história, da natureza do simbólico.

Ao olhar para a notícia enquanto materialidade do discurso, o analista a entende como uma construção via linguagem, inserida em condições sócio-históricas específicas, é determinada pela constituição ideológica da posição-sujeito¹⁰ deste discurso. Ao contrário do que possa parecer, um discurso não é uma estrutura fechada e sua significação não se encerra ali ou nele mesmo. Há um feixe de interligações que podem ser observadas e para isso pode-se partir de variados ângulos, puxando diferentes fios. Em resumo, busca-se sempre estabelecer as relações texto – condições de produção, interpretando os níveis da constituição dos sentidos e como eles se estabelecem no modo de dizer característico que assume o discurso jornalístico. Em suas margens, estão sempre outros discursos possíveis, não há uma unidade hermética de sentidos, exceto imaginariamente.

É por isso que, no processo de análise, a leitura pode revelar, nas formulações, onde há falta, ou observar os silêncios constitutivos daquele discurso, mantendo

¹⁰ Assumida no interior de uma forma-sujeito. A forma-sujeito é entendida como processo imaginário de identificação do que se dá como sujeito da enunciação concreta.

sempre a noção de FD como mediadora, e as especificidades do Jornalismo como ancoragem.

O modo de dizer a que nos referimos aqui está envolto pelo aparato tecnológico e pelas lógicas midiáticas que permitem ao Jornalismo se desenvolver. O discurso jornalístico se caracteriza pela relação do material com o imaterial, das informações verbais e imagéticas, dos recortes de edição, da legitimação do lugar de quem enuncia, jornalista ou meio. Todo discurso se desenvolve amparado em um lugar de saber legitimado, portanto. E socialmente aceito. Em seus modos de dizer, o Jornalismo pode atuar na estabilização dos sentidos como evidentes: as imagens dos fatos, os depoimentos, a narração, o ao vivo, o caráter pedagógico, a regularidade de cobertura, a linguagem. Elementos que concedem um efeito de eficácia ao que é notícia.

Ao analista de discurso cabe, de posse do arcabouço teórico demandado pelo tensionamento ao seu objeto, construir um dispositivo teórico-analítico que lhe permita mapear os sentidos referentes a sua questão central.¹¹ É o dispositivo que permite compreender os movimentos feitos pelo analista na desconstrução do produto (texto) para fazer aparecer o processo. A cada materialidade o analista se depara com uma nova possibilidade de intrincamento de conceitos e noções.

O discurso jornalístico é, portanto, configurado por categorias pré-noticiosas e pelas condições de produção: o trabalho das formações imaginárias, ideológicas e discursivas se encarrega de afetar o modo como os jornalistas vão procurar fatos na vida real que caibam dentro dos ‘modelos’ existentes (efeitos do pré-construído, da ideologia). Como resultado, tem-se a notícia enquanto produto cultural, fruto desse trabalho do simbólico, do imaginário e que, enquanto discurso, produz efeitos de sentido sobre o real.

Ao mesmo tempo, é preciso sempre considerar que o noticiado passa por gestos de interpretação do público, o que não elimina a perspectiva apontada até aqui, da tentativa de fechamento dos sentidos, de naturalizá-los. É assim em todo processo discursivo, mesmo na fala cotidiana. São discursos que se legitimam como verídicos, funcionam como um dizer objetivo, imparcial, revestido de transparente e estabilidade. O Jornalismo se caracteriza tanto pela formulação de sua linguagem como pela prática de editoração. Por essa razão, para discutir o funcionamento do discurso jornalístico, torna-se importante recorrer aos conceitos de memória discursiva, discurso transversal, pré-construído, buscando acessar aos efeitos do interdiscurso nos modos de dizer, ressaltando sempre que é em um espaço intervalar, de entremeio, que o discurso jornalístico toma forma.

11 Sobre este tema, Orlandi (2001, p. 27) afirma: a formulação da questão é que desencadeia a análise. Ela leva à “construção do ‘seu’ dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou daqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão. Portanto, sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico”.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Um processo sem sujeito nem fim**. In: Posições – 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BERGANZA, Rosa. O contributo da Escola de Chicago para o Jornalismo contemporâneo. As reflexões de Robert E. Park sobre notícia. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo 2000. Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Relógios D' Água, 2000.

BERGER, Christa. **Campos em Confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à Análise do Discurso**. 8 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología**. 2000. Disponível em < <http://www.oei.es/salactsi/castro3.htm>>. Acesso em 05 jan. 2014.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUNTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Héctor. **Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción**. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, mídia e identidades. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2 ed . Lisboa: Veja, 1999.

INDURSKY, Freda. Formação Discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela?. In: In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 163-172.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: norte e sul – Manual de Comunicação**. São Paulo: Edusp, 1997.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1993.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa** - Os Comunistas no Imaginário dos Jornais 1922-1989. Campinas: Unicamp, 1998.
- MARIANI, Bethania. A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- MEDITSCH, Eduardo. O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento? In: **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**, 1997. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 15 jan. 2014.
- NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (org). **Estudos do Texto e do Discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: Linhas de Análise do Discurso Jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: **Contracampo**. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2005.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal**: da forma ao sentido. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ROMÃO, Lucília. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador

de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto (org). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SOLOSKI, John. O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. 2 ed . Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Anpalise das Noções de Objectividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. 2 ed . Lisboa: Veja, 1999.